

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Graduação em Filosofia

Emanueli Angela Cristaldo Viana

**O PROCESSO DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL:
APONTAMENTOS DO CAPÍTULO V DE “O CAPITAL”**

Campo Grande - MS

2025

Emanuelli Angela Cristaldo Viana

**O PROCESSO DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL:
APONTAMENTOS DO CAPÍTULO V DE “O CAPITAL”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para graduação no Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pereira de Melo.

Campo Grande - MS

2025

DEDICATÓRIA

Ao meu querido, eterno e charmoso avó, Angel Cristaldo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que me deram em todos esses longos anos de estudo, o apoio incondicional e a presença constante com muito carinho, respeito e incentivo, fundamentais para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

Ao meu amor, Leticia, que esteve ao meu lado desde o início da graduação em Filosofia. Seu amor, carinho e parceria foram decisivos para que eu conseguisse avançar, mesmo diante das maiores dificuldades.

Às minhas amigas Brenda e Kimberly, que me ofereceram força e encorajamento nos momentos de incerteza, ajudando-me a persistir na escrita e a esclarecer meus objetivos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Pereira de Melo, pela dedicação ao longo dos dois anos de realização deste trabalho, que me acompanhou durante as mudanças e desafios que enfrentei durante a escrita.

À coordenação do curso de Filosofia, que tirou minhas dúvidas e esteve presente ao longo de toda minha graduação, com bastante carinho e dedicação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma leitura introdutória e acessível do Capítulo V de *O Capital*, utilizando a edição da Boitempo de 2013. Busca-se, assim, oferecer uma compreensão que permita inclusive a leitores que nunca tiveram contato antes com o filósofo Karl Marx entender um dos pontos centrais de sua crítica: a gênese da mais-valia e a relação entre trabalho, valor e exploração. A escolha da Seção III do Capítulo V, intitulada de *O Processo de trabalho e o Processo de Valorização*, justifica-se por seu papel fundamental na estrutura teórica da obra, constituindo um dos momentos em que Marx expõe com maior clareza o funcionamento interno do sistema capitalista. O corpo do trabalho está dividido em introdução, capítulo 1 e capítulo 2. O prelúdio abrangerá os pontos conceituais apresentados nas primeiras páginas do capítulo V, tratando sobre o processo de trabalho, a relação entre o homem e a natureza e as implicações desses elementos para a compreensão do trabalhador como vendedor de sua própria força de trabalho no mercado. Na sequência, ao longo o capítulo seguinte, será apresentado de forma mais sistemática o processo de trabalho e processo de valorização. Por meio de uma análise didática, o presente estudo procura explorar a importância deste capítulo para a compreensão crítica da realidade trabalhista nos dias atuais, bem como para o entendimento do salário a partir dos argumentos desenvolvidos por Marx em sua época. Ao articular os conceitos marxianos com os desafios contemporâneos enfrentados pelos trabalhadores, espera-se estimular a reflexão sobre a permanência e as transformações das formas de exploração no mundo do trabalho. Por fim, o objetivo principal, é propor um ponto de partida acessível para a leitura de *O Capital*, especificamente do Capítulo V, possibilitando uma reflexão sobre a centralidade do trabalhador no processo de exploração da força de trabalho e, ainda, sobre os elementos essenciais do capítulo para o entendimento do funcionamento interno do capitalismo. Desta forma, busca-se contribuir para a formação crítica de novos leitores e para o aprofundamento do debate acerca da organização do trabalho na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: O capital; Karl Marx; Processo de trabalho; Processo de valorização.

ABSTRACT

This work aims to present an introductory and accessible reading of Chapter V of *Capital*, using the 2013 Boitempo edition. The goal is to offer an understanding that allows even readers who have never before encountered the philosopher Karl Marx to grasp one of the central points of his critique: the genesis of surplus value and the relationship between labor, value, and exploitation. The choice of Section III of Chapter V, entitled "The Labour Process and the Valorization Process," is justified by its fundamental role in the theoretical structure of the work, constituting one of the moments in which Marx most clearly exposes the inner workings of the capitalist system. The body of the work is divided into an introduction, Chapter 1, and Chapter 2. The prelude will cover the conceptual points presented in the first pages of Chapter V, addressing the labour process, the relationship between man and nature, and the implications of these elements for understanding the worker as a seller of his own labor power in the market. Following this, the next chapter will present the labour process and the valorization process in a more systematic way. Through a didactic analysis, this study seeks to explore the importance of this chapter for a critical understanding of the reality of labor in the present day, as well as for understanding wages based on the arguments developed by Marx in his time. By articulating Marxist concepts with the contemporary challenges faced by workers, it is hoped to stimulate reflection on the permanence and transformations of forms of exploitation in the world of work. Finally, the main objective is to propose an accessible starting point for reading *Capital*, specifically Chapter V, enabling reflection on the centrality of the worker in the process of exploitation of labor power and also on the essential elements of the chapter for understanding the internal workings of capitalism. In this way, it seeks to contribute to the critical formation of new readers and to the deepening of the debate about the organization of work in contemporary society.

Keywords: Capital; Karl Marx; Labor process; Valorization process.

Sumário

Introdução.....	8
1.Capítulo 1: Processo de trabalho	12
1.1 A forma natural do trabalho: consciência, finalidade e a relação com a natureza. 12	
1.2 Elementos constitutivos do processo de trabalho.....	14
1.3 O papel do processo de produção no interior da fábrica.....	16
2.Capítulo 2: Processo de valorização	19
2.1 Da circulação simples à forma capital	19
2.2 A origem da mais-valia e sua consequência.....	22
Considerações finais.....	27
Referências bibliográficas.....	30

Introdução

Este trabalho visa oferecer uma leitura introdutória do Capítulo 5, Seção III do Livro I de *O Capital*, intitulado de *O Processo de Trabalho e o Processo de Valorização*, com base na quarta edição da obra. Para esse trabalho, utilizaremos a tradução feita por Rubens Enderle da Editora Boitempo. Como também, apresentando comentários de alguns autores, sendo eles Jadir Antunes (2005), Christian Iber (2013) e Roman Rosdolsky (2001), para auxiliar em determinados pontos.

Mesmo sem ter lido *O Capital* em sua totalidade, reconhece-se a importância do capítulo 5, já que uma vez representa um ponto central na exposição de Karl Marx, ao tratar do processo de trabalho e do processo de valorização, mostrar a relação entre a produção de valores de uso e a mais-valia no interior do modo de produção capitalista.

O Capítulo V é um entre vários destaques da obra que expõe o mecanismo da produção da mais-valia, que constitui a base da exploração capitalista. Marx estuda o processo de trabalho e a valorização do valor, elementos fundamentais para compreender como o trabalho do proletariado é consumido nos meios e produção, e como vendedor da sua própria força de trabalho é apropriado pelos capitalistas. Ao abordar esses conceitos de forma detalhada, o capítulo oferece uma abordagem crítica sobre a relação entre trabalho, valor e exploração no capitalismo.

A tensão existente na produção de valores de uso, na medida em que estes se tornam portadores de valor e de mais-valia, ao assumirem a forma de mercadorias, revela as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e permite compreender suas implicações nas diversas interações sociais. A produção da vida, por sua vez, constitui um elemento central na dinâmica societária, e as categorias que definem o trabalho produtivo expressam, em suas múltiplas formas e contextos, as relações sociais dominantes que caracterizam esse processo histórico.

O processo de trabalho, segundo Marx, constitui a atividade fundamental pela qual o ser humano que produz com consciência, relaciona-se com a natureza e realiza a troca de material com a própria natureza através de sua força de trabalho *actuante*, este termo que Marx utiliza (2013, p. 326) é esclarecido “[...] este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência]”, usando suas habilidades para modificar a matéria natural. Assim, trata-se de uma atividade universal, que acompanha toda a história da humanidade, e

que o trabalho pode ser definido como “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 326). Nesse sentido, o processo de trabalho além disso, é o uso da força de trabalho sendo ela própria o trabalho.

Contudo, quando inserido no modo de produção capitalista, o processo de trabalho adquire um caráter específico. Já não se trata apenas da produção de valores de uso, mas da produção de mercadorias destinadas à troca, isto é, de valores que carregam também uma dimensão quantitativa, sendo o valor. O que caracteriza é que a força de trabalho, ao ser comprada como mercadoria pelo capitalista, não apenas produz valores de uso, mas também cria um valor maior do que aquele necessário para a sua própria reprodução.

Nesse contexto, observa Marx:

A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada. (MARX, 2013, p. 326).

E assim, Marx explora três momentos no processo de trabalho que será apresentado neste estudo, sendo eles: o próprio trabalho, os objetos de trabalho e os meios de trabalho. Por conseguinte, Marx introduz a diferenciação do processo de trabalho em relação ao processo de valorização que é dado pelo valor de uso e o mais-valor. Enquanto no processo de trabalho se tende à forma natural e ao trabalho concreto, o processo de valorização se distingue pela forma social e o trabalho abstrato que por vez “[...] esta abstração apresenta de início um homem que através de seu próprio trabalho media seu metabolismo orgânico com os poderes da Natureza! (ANTUNES, 2005, p. 194).

Logo, a produção de mercadorias no capitalismo tem sempre uma dupla face: por um lado, satisfaz necessidades sociais concretas; por outro, é orientada pela lógica da acumulação de valor. É nessa distinção que se encontra a chave crítica, pois para Marx (2013, p. 347), “o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas”.

Para Rosdolsky (2001, p. 180), em sua obra *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, o processo de intercâmbio entre o capitalista e o operário é posto por um “trabalho vivo e é incorporado ao processo produtivo”, isso esclarece o elemento ativo em relação entre as matérias e os meios de produção. Para aumentar sua própria expansão, o capital utiliza o trabalho objetivado, isto é, a força de trabalho transformada em parte do processo produtivo,

que é colocada em movimento pelo trabalho não objetivado, ou seja, pela atividade viva do trabalhador.

Essa relação expressa uma dualidade interna do capital: de um lado, a matéria já objetivada, exemplo os instrumentos, as máquinas e as matérias-primas que é consumida no processo de trabalho; de outro, a subjetividade do trabalhador que se objetiva ao atuar sobre essa matéria, reproduzindo o próprio capital. Portanto, no interior do processo de produção, o capital consome a si mesmo enquanto matéria e, simultaneamente, renova sua existência por meio da atividade do trabalho vivo.

Em suma, o objetivo geral deste trabalho é introduzir a importância da análise marxista do capítulo V, que revela a exploração capitalista não se reduzindo à troca desigual na esfera da circulação, mas cede ao capitalista a possibilidade de extrair mais tempo de trabalho do que aquele necessário para reproduzir o valor de sua força de trabalho.

O que se apresenta, diante disso, como um contrato aparentemente “justo” da venda da força de trabalho em troca de um salário, de tal modo, oculta o fato de que o capital só valoriza propriamente porque o trabalhador produz um excedente que o capitalista obtém gratuitamente:

Em contraste com os meios de produção (cujo valor é apenas conservado e transferido ao produto), o fator subjetivo do processo de produção, a força de trabalho, é fonte de novo valor, pois sua atividade é a “objetivação de tempo de trabalho novo em um valor de uso”. Aqui é preciso distinguir entre trabalho necessário e mais-trabalho. Enquanto produz apenas um equivalente ao valor de sua própria força de trabalho, o trabalhador “só repõe o dinheiro adiantado pelo capitalista (que comprou a força de trabalho) e gasto em meio de subsistência pelo próprio trabalhador”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 188).

Essa compreensão permite analisar que o processo de trabalho, no capitalismo, não pode ser entendido de forma neutra, mas como um momento subordinado ao processo de valorização. O trabalho vivo é, simultaneamente, condição da produção material e fundamento da exploração.

Assim, Marx ressalta:

A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital. (MARX, 2013, p. 362).

E com isso, para Iber (2013), em seu livro *Elementos da Teoria Marxiana do Capitalismo*, ao analisar sobre a força de trabalho, afirma que “o trabalhador que oferece trabalho ao capitalista não vende trabalho, mas força de trabalho” (IBER, 2013, p. 209). E mesmo que desejasse trabalhar para si próprio, encontra-se impossibilitado de realizar, já que a

liberdade ambígua do trabalhador assalariado, revela sua falsidade perante ao trabalhador por seus direitos no trabalho.

Esse ponto é importante para o presente trabalho, pois revela o caráter exploratório das relações capitalistas e revela o conflito entre a liberdade pessoal e a obrigação econômica. Continuamente, Iber declara sobre como a força de trabalho é entendida por Marx:

[...] a mercadoria força de trabalho é apreendida por Marx como forma da propriedade, porque ela corresponde ao seu conceito como mercadoria, a qual é possuída por alguém. O direito civil burguês apreende a força de trabalho, na verdade, não como forma da propriedade, mas como qualidade da pessoa, como serviço, o qual a pessoa que pertence exclusivamente a si mesma pode alienar sem abdicar de seu direito como pessoa e se tornar em escravo. (IBER, 2013, p. 212).

Marx expõe com clareza a distinção desses dois aspectos no Capítulo V, assim, esse trecho é um dos pontos mais elucidativos de *O Capital*. Pois, demonstra que a gênese da mais-valia não se encontra fora da produção, mas no coração da própria atividade produtiva. Podendo refletir aos dias atuais com as condições de serviços insalubres, a que estão expostos aos trabalhadores.

Então qual é o sentido de trazer o capítulo V para mais destaque nesse trabalho? A teoria marxista do trabalho, junto da sua importância das relações de produção capitalista e no tocante a relevância para a crítica social: em um contexto marcado por crescentes desigualdades sociais e econômicas, é essencial no capítulo para promover uma análise crítica da estrutura do sistema capitalista. O estudo do processo de trabalho e valorização na perspectiva marxista oferece subsídios valiosos para compreender as contradições e as injustiças presentes na produção capitalista.

Por fim, a organização do presente estudo compreende a Introdução, o Capítulo 1 e o Capítulo 2. O primeiro capítulo será dedicado à exposição dos fundamentos conceituais do processo de trabalho. Por sua vez, o segundo capítulo aprofundará a análise, demonstrando como essa dinâmica se concretiza na gênese da mais-valia.

CAPÍTULO 1

PROCESSO DE TRABALHO

1.1 A forma natural do trabalho: consciência, finalidade e a relação com a natureza.

De início, é necessário compreender um ponto fundamental do capítulo: a relação entre o homem e a natureza. Marx parte dessa relação originária para desenvolver sua análise do processo de trabalho. Assim, antes mesmo de adentrarmos propriamente no conteúdo do capítulo, é importante para a compreensão do leitor que Marx salienta essa interação básica, pois ela serve de fundamento para todas as categorias que aparecem ao longo da obra.

Os termos e conceitos utilizados neste trabalho, foram mantidos de sua forma originária exposta na obra de Marx, sem modificações que alterem seu sentido filosófico. Pelo fato de que, para Marx, cada termo carrega um significado específico no interior de sua teoria. Alterá-los poderia comprometer o entendimento adequado da argumentação. Assim, preservar a fidelidade dessas categorias, portanto, uma exigência metodológica para que o leitor possa compreender corretamente o sentido introdutório e o alcance do pensamento marxista.

Por conseguinte, ao longo da análise, os conceitos serão apresentados de maneira gradual, buscando orientar para aqueles que nunca tiveram um contato com as obras de Marx. A intenção é conduzir passo a passo a leitura, esclarecendo a lógica interna do capítulo e facilitando a compreensão das relações que Marx estabelece entre trabalho, natureza e produção social.

Alguns termos devem ser explorados antes de introduzirmos o processo de trabalho, a começar pelos termos: *forma natural* e *forma social*. O ser humano possui consciência de sua atividade produtiva, o que representa um avanço em relação ao animal irracional. Enquanto os animais utilizam elementos da natureza apenas de forma instintiva e imediata, voltados unicamente para a sobrevivência, o homem projeta mentalmente o resultado antes de executá-lo, transformando a natureza de modo consciente e intencional.

Como afirma Marx (2013, p. 327), “[...] o pior arquiteto distingue-se da melhor abelha pelo fato de ter construído a célula em sua cabeça antes de construí-la na cera”. Essa capacidade de antecipar mentalmente o produto do trabalho é precisamente o que diferencia, o processo humano de produção do simples agir instintivo dos animais. Essa é a forma natural pela qual o ser humano se relaciona com a natureza:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo

com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p. 326).

Mesmo o trabalhador mais simples, ao realizar sua atividade, carrega consigo uma intenção consciente que orienta sua prática. Em outras palavras, o trabalho humano é sempre uma ação orientada por um fim, e é essa consciência antecipadora que torna o processo de trabalho um ato propriamente humano, e Iber (2013, p. 230) entende isso, “[...] sob “o intercâmbio material do homem com a natureza” – um conceito, o qual Marx retira da filosofia da natureza schellingiana – Marx compreende uma assimilação, um preparo consciente da natureza para as necessidades humanas pelo trabalho”.

Porém, embora essa seja a essência universal do trabalho humano, ela não se manifesta isoladamente. Toda atividade produtiva ocorre dentro de uma forma histórica específica. A forma social do trabalho corresponde ao modo claro de como é organizado, distribuído, controlado e apropriado dentro de um sistema econômico determinado:

Sob quaisquer condições sociais, o tempo de trabalho requerido para a produção dos meios de subsistência havia de interessar aos homens, embora não na mesma medida em diferentes estágios de desenvolvimento. Por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social. (MARX, 2013, p. 205).

No capitalismo, por exemplo, o trabalhador assume a forma de trabalho assalariado, sendo comprado e vendido como mercadoria. A distinção entre forma natural e forma social é essencial para compreender o capítulo V de *O Capital*. A forma natural explica como o ser humano trabalha; a forma social explica para quem, por que e sob quais condições trabalhar.

E Antunes, esclarece:

Nesta generalidade abstrata a baixa atratividade que o trabalho possa oferecer ao trabalhador decorre unicamente da natureza técnica do processo específico de produção e, de modo algum, de sua natureza histórico-social. Apenas o conteúdo, espécie e modo de execução do trabalho, determinações impostas pela própria natureza do produto a ser produzido, podem tornar o trabalho uma atividade enfadonha e pouco atrativa para o produtor. Sendo assim, de modo algum podemos conceber o caráter alienado do trabalho, seja ele assalariado ou não, como uma determinação inerente ao próprio processo de trabalho concreto. A alienação do trabalho é uma determinação posta historicamente pelo próprio homem em suas relações sociais. (ANTUNES, 2005, p. 195)

Dessa forma, ao iniciar o estudo do processo de trabalho, Marx reconstrói o fundamento humano que torna possível toda forma de produção. Somente quando esse fundamento está claro é que se pode entender, de modo crítico, como o capitalismo transforma essa atividade natural em mecanismo de produção de valor e mais-valia. Compreender esses conceitos é

indispensável para interpretar a dualidade do trabalho: atividade criadora e, simultaneamente, elemento central da exploração capitalista.

1.2 Elementos constitutivos do processo de trabalho.

O processo de trabalho no modo capitalista, Marx apresenta os três elementos que são: o próprio trabalho, os objetos de trabalho e os meios de trabalho. Estes serão apresentados aqui neste estudo conseqüentemente. O trabalho voltado a um fim, no capitalismo precisa receber uma qualificação concreta maior, a afim de que o termo trabalho produtivo se adeque às condições que se produz o capitalismo:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. (MARX, 2013, p. 330)

O trabalho produtivo, em sua forma mais abstrata, resulta de um fator subjetivo presente na própria atividade humana. Esse fator pode se manifestar de diferentes maneiras: de um lado, no trabalho braçal, voltado para a execução prática das tarefas; de outro, no trabalho intelectual, responsável pela concepção e planejamento das ações:

[...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2013, p. 327).

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Em segundo momento, os objetos de trabalho podem-se dizer que contempla duas categorias, o primeiro os objetos preexistentes e o segundo a matéria-prima:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. (Marx, 2013, p. 328).

Tais objetos são os materiais retirados da natureza e transformados pelo ser humano, caracterizando uma ação produtiva. Os objetos preexistentes por natureza são aqueles que já se encontram em seu estado natural, prontos para serem utilizados diretamente em qualquer processo produtivo. Exemplos desses objetos incluem o petróleo, os peixes e outros recursos naturais que podem ser aproveitados sem necessidade de transformação prévia:

Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. (Marx, 2013, p. 328).

A importância desse trecho é destacar que toda matéria-prima é um objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho se qualifica como matéria-prima. Enquanto os objetos de trabalho naturais podem ser utilizados diretamente no processo produtivo, as matérias-primas resultam de transformações anteriores e já carregam o trabalho incorporado de etapas anteriores, integrando-se à continuidade do processo produtivo.

Em suma, Para Marx, a própria terra é considerada um meio de produção, fornecendo plantas e recursos essenciais para o cultivo de outros meios de produção e subsistência. Isso é fundamental para que os trabalhadores envolvidos no processo de produção executem suas tarefas com êxito, contribuindo para a agregação de valor aos produtos.

Nos parágrafos seguintes do capítulo 5, podemos ver Marx mostrando como ao usufruir da terra, o ser humano desenvolveu ferramentas que auxiliam no cultivo e extração de recursos naturais, desde os primórdios da civilização até os dias de hoje. Ao longo do tempo, houve uma evolução contínua das técnicas de produção e das condições de trabalho, acompanhadas pela transformação das etapas de produção dos objetos.

Para Marx (2013, p. 329) essa evolução, desde os primórdios até os complexos processos industriais modernos, é marcada por “mudanças nas técnicas e nos métodos de produção”. O que distingue as diferentes épocas históricas, do ponto de vista econômico, são as ferramentas e os meios de produção utilizados. Primeiro, as ferramentas coisas que são retiradas da natureza, entre o homem e o objeto de trabalho como por exemplo as máquinas que são elaboradas e as condições objetivas da produção, sendo o espaço em si que seria a terra, os oceanos e entre outros:

Num sentido mais amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. (MARX, 2013, p. 330)

Desse modo, o processo de trabalho envolve também todas as condições objetivas indispensáveis para que a produção aconteça. Isso significa que o trabalho humano só pode se realizar dentro de um conjunto de elementos materiais e circunstanciais que garantem sua efetividade: desde os instrumentos técnicos até o espaço físico, a organização das condições ambientais e até mesmo a infraestrutura que possibilita a continuidade do processo produtivo.

Para Marx, o processo de trabalho não é um ato isolado de transformação da natureza, mas uma interação complexa entre o ser humano, os meios e objetos de trabalho e as condições

gerais que tornam possível a produção. Esse entendimento reforça que a produção é sempre socialmente determinada, já que depende tanto das forças humanas quanto das condições materiais historicamente dadas.

1.3 O papel do processo de produção no interior da fábrica

O processo de produção para Marx, deixa de ser apenas uma atividade destinada à criação de valores de uso para converter-se em um processo de valorização do capital. Tal como, a aparência do intercâmbio simples, onde destaca a equivalência se desfaz completamente. Então qual é o papel do processo de produção no interior da fábrica? Pode-se responder, no que parece ser uma mera compra de força de trabalho pelo capitalista transforma-se, no interior da fábrica, um mecanismo contínuo de apropriação do trabalho excedente.

Marx explica que, ao entrar no processo de produção, o operário realiza um tipo de trabalho que possui uma dupla determinação: como se fosse ao mesmo tempo, um trabalho concreto, que produz um valor específico, e de trabalho abstrato, que cria valor de troca e, sobretudo, mais-valia. Efetivamente, essa duplicidade que permite que o capitalista obtenha mais valor do que pagou inicialmente pela força de trabalho.

Como afirma Marx, “[...] o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são coisas distintas” (MARX, 2013, p. 347). Ou seja, aquilo que o capitalista paga é apenas o valor necessário para reproduzir a força de trabalho, mas aquilo que o trabalhador produz ultrapassa esse valor, constituindo a mais-valia.

Assim, o que se inicia na circulação como um contrato livre entre iguais, realiza-se na produção como uma relação de dominação econômica, na qual o trabalho concreto do operário, produtor de valores de uso, é simultaneamente trabalho abstrato, criador de valor.

Essa duplicidade, presente em cada ato de produção, revela a essência contraditória do capitalismo: o trabalhador produz riqueza social, mas sua atividade, apropriada pelo capital, se volta contra ele, adquirindo a desigualdade estrutural que sustenta o sistema.

Para esclarecer mais sobre os conceitos de trabalho concreto e trabalho abstrato, Iber (2013) destaca os aspectos apresentando por Marx sobre o trabalho abstrato:

Como deve ser compreendido o conceito de trabalho abstrato? Marx deduz o trabalho abstrato da equiparação de bens diversos praticada na troca como mercadorias equivalentes. Essa dedução da qualidade idêntica do trabalho não é nenhuma abstração arbitrária, nem também apenas uma pura abstração teórica, mas um critério que se faz valer na prática. (IBER, 2013, p. 70)

Assim, o trabalho abstrato aparece como a determinação social do trabalho que permite a comparação entre mercadorias distintas, reduzindo os diferentes tipos de vitalidade humana, sendo o mais comum, o tempo de trabalho socialmente necessário. Enquanto o trabalho concreto:

Para se produzir valores de uso é preciso de “certo tipo de atividade produtiva” (CI, p. 63), a qual Marx denomina como trabalho útil e concreto. Esse trabalho está determinado “por seu fim, modo de operar, objeto sobre o qual opera, seus meios e seu resultado” (Idem). Como tal, ele é a unidade do processo natural e espiritual. Ele é a transformação e a apropriação da natureza pela atividade orientada para a satisfação das necessidades humanas. (IBER, 2013, p. 68)

A manifestação do trabalho concreto, sua própria finalidade na natureza, perante tarefas específicas como por exemplo costurar ou até mesmo montar uma peça, produzindo valores de uso com qualidade próprias, o trabalho abstrato opera como a dimensão social que converte essas atividades em valor. Portanto, a distinção entre essas duas formas de trabalho não é uma elaboração meramente conceitual, mas a expressão teórica de um processo real que se efetiva nas relações de troca e, sobretudo, no interior do processo de produção capitalista.

Iber esclarece que quando Marx revela que nem todos os trabalhos serão meramente qualitativos, é “evidentemente o trabalho complexo gera mais valor do que o trabalho simples. Na verdade, esse mais mostra somente que o trabalho complexo só pode ser definido como trabalho simples multiplicado.” (IBER, 2013, p. 73). Ou seja, qualquer trabalho conta como trabalho simples.

Essa diferença é essencial para a compreensão da dinâmica do capitalismo. É justamente pela existência dessa dupla determinação, o trabalho concreto e o trabalho abstrato que o capitalista consegue obter a mais-valia:

[...] primeiramente, tem-se que explicar que o trabalho útil e o trabalho abstrato não são duas espécies diversas de trabalho, mas dois aspectos opostos do trabalho que produz mercadorias. O trabalho é sempre o trabalho útil, atividade exatamente orientada para os objetos da necessidade e, nessa medida, o emprego das forças naturais e das potências espirituais. (IBER, 2013, p. 72)

Embora pague ao trabalhador apenas o valor correspondente à sua força de trabalho, o capitalista se apropria de um dispêndio de energia que ultrapassa o montante inicialmente adiantado sob a forma de salário:

Sem dúvida, em todas as épocas, os homens têm que se interessar pelo quantum de tempo de trabalho que eles despendem para a satisfação das suas necessidades. Mas isso foi sempre somente um aspecto entre vários outros. Marx quer mostrar criticamente que, no capitalismo, depende-se de uma maneira totalmente específica do tempo de trabalho. Visto que a fonte do valor é o dispêndio indistinto da força de trabalho, a determinação da grandeza do valor depende apenas da duração do tempo de seu emprego. A diferença temporal é a única diferença da qual o trabalho, enquanto abstrato em geral, é capaz de considerar. (IBER, 2013, p. 75)

Dessa lógica surge a constatação marxiana segundo a qual a produção capitalista não deve ser compreendida apenas como um processo destinado à fabricação de mercadorias. Trata-se, antes, de um mecanismo estruturado para a valorização do valor, no qual o trabalho vivo é continuamente transformado em capital acrescido:

O processo de produção da mais-valia do capital se baseia, portanto, na esfera da circulação, na troca de equivalentes, onde a força de trabalho é paga ao seu valor, mas sucede na esfera da produção, na qual o capitalista obtém valor sem troca. A troca de equivalentes não contradiz de modo algum a apropriação da mais-valia no processo capitalista de produção, mas forma seu pressuposto. A troca do dinheiro por força de trabalho é a forma necessária, na qual, no capitalismo, a apropriação da mais-valia se efetua. (IBER, 2013, p. 241)

No interior da fábrica, cada minuto da jornada é dividido entre o tempo necessário para repor o valor da força de trabalho que é pago pelo salário e o tempo excedente, apropriado gratuitamente pelo capitalista e convertido em mais-valia. Em outras palavras, o trabalhador produz um valor superior ao que recebe. Enquanto o salário paga apenas o tempo necessário à reprodução de sua capacidade laboral, o tempo restante é incorporado ao produto final sem qualquer compensação, configurando o cerne da exploração capitalista.

Assim, o trabalho complexo e o trabalho simples, ainda que se diferenciem qualitativamente, convergem sob a forma abstrata de dispêndio humano:

Marx acentua que a diferença na produtividade de trabalho e a existência dos trabalhos mais complexos, os quais se representam “em valores proporcionalmente mais elevados” (CI, p. 230), nada mudam nessas determinações da produção da mais-valia. Os produtos do trabalho mais complexo representados numa expressão da força de trabalho mais qualificada são de um valor mais elevado do que os produtos da força de trabalho simples. Em iguais períodos de tempo, o trabalho complexo produz quantidades do valor maiores do que o trabalho simples. (IBER, 2013, p. 243).

Portanto, permite que ao capital transformar o trabalho vivo em fonte permanente de valorização. Esse mecanismo estrutural evidencia que o capitalismo não se sustenta na troca aparentemente justa entre equivalentes, mas na apropriação sistemática do excedente produzido pelo trabalhador.

A análise de Marx, retomada por Iber, revela, portanto, que a essência do processo de produção capitalista é inseparável da lógica da mais-valia, que se apoia justamente na duplicidade entre o valor qualitativo das diferentes atividades e sua redução quantitativa ao trabalho abstrato. Em última instância, é essa conversão que assegura a expansão contínua do capital e a reprodução da desigualdade inerente ao sistema.

Capítulo 2

PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

2.1 Da circulação simples à forma capital

A partir da primeira seção de *O Capital*, Marx inicia sua investigação sobre o funcionamento do sistema capitalista examinando, de forma minuciosa, a circulação das mercadorias e a forma do dinheiro. Esse ponto de partida é fundamental para compreender como o valor se movimenta e se transforma dentro do processo econômico. Antes de avançar para conceitos mais complexos, Marx retoma a relação mais simples possível entre mercadorias: a troca direta de um produto por outro, representada pela fórmula $M - M$.

Nessa forma elementar de intercâmbio, ocorre a troca imediata entre dois valores de uso, isto é, entre dois objetos que satisfazem necessidades humanas. É o caso clássico apresentado pelo autor: 20 varas de linho são trocadas por um casaco. Aqui, não há a presença do dinheiro como mediador; trata-se de uma relação direta e espontânea, baseada na equivalência entre as utilidades que as mercadorias possuem para os indivíduos envolvidos.

Essa exposição inicial tem um papel didático essencial: ela permite ao leitor compreender o ponto de partida histórico e lógico da análise marxiana. A forma $M - M$ mostra que, em sua origem, a circulação de mercadorias não envolve lucro, juros ou qualquer mecanismo de valorização. Trata-se apenas da troca simples, motivada pela necessidade de substituir um valor de uso por outro mais útil ao indivíduo que realiza a troca.

Somente após esclarecer essas formas elementares é que Marx introduz a circulação mediada pelo dinheiro, o que permite entender como a simples troca pode se transformar em um processo de valorização do valor. Essa etapa inicial da exposição é, portanto, indispensável para preparar o leitor para compreender as transformações posteriores pelas quais passam as mercadorias e o dinheiro dentro do capitalismo.

Já no terceiro capítulo, Marx demonstra a transformação dessa relação com a introdução do dinheiro como mediador das trocas do mercantil simples, passando-se à fórmula $M - D - M$, em que “D” representa o dinheiro. Nesse momento, a circulação simples de mercadorias ganha nova forma, pois o dinheiro atua como meio de circulação e expressão do valor, articulando tanto o processo de troca quanto o de produção das mercadorias, ou seja, vender para comprar. Ademais, para Marx (2013, p. 290):

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital.

Inicialmente na segunda seção, deixa claro que historicamente o dinheiro é a primeira manifestação no capital, na fórmula $D - M - D$ trata-se do dinheiro por mercadoria e resultando em dinheiro, comprar para vender. Marx assume que seria mais dinheiro por dinheiro já que se compra algo por 50 e vende por 60, no final se fica com 60 sendo apenas o dinheiro não mais mercadoria:

Analiseemos mais de perto a circulação $D-M-D$. Ela atravessa, como a circulação simples de mercadorias, duas fases contrapostas: na primeira, $D-M$, a compra, o dinheiro é convertido em mercadoria e, na segunda, $M-D$, a mercadoria volta a se converter em dinheiro. Porém, a unidade das duas fases é o movimento inteiro da troca de dinheiro por mercadoria e desta última novamente por dinheiro, o movimento da compra da mercadoria para vendê-la, ou, caso se desconsiderem as diferenças formais entre compra e venda, da compra de mercadoria com dinheiro e de dinheiro com mercadoria. (MARX, 2013, p. 290)

E que assim tal fórmula não obteria sucesso, pois o dinheiro corre perigo de entrar em circulação e não obter tais garantias de “lucro” e a possibilidade de até mesmo perda sobre a mercadoria que estaria revendendo por um valor abaixo da compra e o surgimento do comércio do século XVI é um ponto de partida necessário para tais fórmulas:

Agora, contudo, nosso ponto de partida abstrato foi superado não apenas teórica, mas, sobretudo, historicamente: o mercado mundial surgido a partir do século XVI está posto como ponto de partida efetivo do capital. Seus principais agentes são os grandes comerciantes ultramarítimos e usurários proprietários de dinheiro. A hipótese que toma como ponto de partida inicial uma sociedade de produtores livre-proprietários de seu próprio negócio era apenas uma abstração que agora está superada pela figura determinada do comerciante e do usuário. (ANTUNES, 2005, p. 162)

E com isso, Marx afirma “Mas não é preciso recapitular toda a gênese do capital para reconhecer o dinheiro como sua primeira forma de manifestação, pois a mesma história se desenrola diariamente diante de nossos olhos” (MARX, 2013, p. 290), assim ele expõe na obra de maneira dialética e abstrata.

As duas fórmulas $M - D - M$ e $D - M - D$ podem ser consideradas um pouco relutantes para a circulação, pois são contrapostas por suas finalidades, como por exemplo a primeira o dinheiro está no meio, porém não é o resultante, é apenas gasto e funcionando apenas como moeda, ou seja, é valor de uso e não de troca, de modo algum obtém a valorização do valor. Já a segunda fórmula, é apenas revenda, o dinheiro não é totalmente gasto pois ele é adiantado, sendo dinheiro e não moeda, um contraposto da primeira fórmula.

A diferença entre as fórmulas $D - M - D$ e $D - M - D'$ está no fato de que, na primeira, o dinheiro apenas circula, sendo trocado por mercadorias e voltando à forma de dinheiro, sem

que haja aumento de valor. Já na segunda, ocorre algo distinto: o dinheiro retorna acrescido de um valor adicional. Marx explica esse processo ao afirmar:

A forma completa desse processo é, portanto, $DM-D'$, onde $D' = D + \Delta D$, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (surplus value). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital. (MARX, 2013, p. 294)

Assim, a diferença essencial é que $D - M - D$ representa uma simples troca mercantil, enquanto $D - M - D'$ expressa a renovação do capital, em que o dinheiro se valoriza e gera mais-valor. Se representássemos de forma detalhada essa fórmula, ela poderia ser descrita assim:

D (dinheiro) $\rightarrow M$ (mercadoria) $\rightarrow MP$ (meios de produção) + FT (força de trabalho) $\rightarrow P$ (processo de produção) $\rightarrow M'$ (nova mercadoria, agora com valor acrescido) $\rightarrow D'$ (dinheiro acrescido de mais-valia).

Essa sequência expressa o percurso completo do capital, que se inicia com o adiantamento do dinheiro, passa pela compra dos elementos necessários à produção — meios de produção e força de trabalho —, termina na criação de uma nova mercadoria (M') que, ao ser vendida, retorna ao capitalista sob a forma de D' , isto é, o valor inicial acrescido da mais-valia:

Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [abstösst] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro. (MARX, 2013, p. 297).

Ao tomar como exemplo o algodão que se transforma em fio, podemos observar que o valor original do algodão é transferido para o fio produzido. Ao mesmo tempo, o desgaste dos fusos utilizados no processo também se incorpora ao valor final do fio, pois faz parte do valor das ferramentas empregadas e é transmitida ao novo produto.

O exemplo de 10 libras de algodão transformado em 10 fios contém o valor de \$15 xelins ao final que serão impostos no valor 10 fios mais 2 fusos sendo igual a 24 horas ou duas jornadas de 12 horas, tendo o valor de \$12 xelins sendo o valor do algodão e dos fusos mais o valor de \$3 xelins da força de trabalho de 6h de serviço. Com isso, o capitalista adiantando o valor no total de \$15 xelins e recebendo \$15 xelins para realizar a produção do fio, teria algum lucro nisso a princípio? E Marx responde:

O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital. O preço das 10 libras de fio é 15 xelins, e 15 xelins foram desembolsados no mercado em troca dos elementos constitutivos do produto, ou, o que é o mesmo, dos fatores do processo de trabalho: 10 xelins pelo algodão, 2 xelins pelos fusos e 3 xelins pela força de trabalho. (MARX, 2013, p. 344)

Assim, vendo que não teria o mais-valor desejado o capitalista observa que o mesmo local que o fiandeiro onde se produz em 6 horas de serviço, com as mesmas máquinas já estaria pronto para 12 horas pois seria o um dia de trabalho que seria proposto, mas realizando apenas 6 horas.

Se o fiandeiro que produz o fio recebe o salário de \$3 xelins, para o serviço de 6 horas se realizar por 12 horas o mais-valor da mercadoria virá ao capitalista, já que entendemos que utilizar mais força de trabalho mais horas e com o mesmo salário o valor de produção ficará com quem adianta o valor do capital e isso entramos no nosso ponto crucial do processo de valorização em referência filosófica.

2.2 A origem da mais-valia e sua consequência

A partir das fórmulas analisadas por Marx, torna-se possível compreender, de maneira mais clara, onde exatamente se origina o mais-valor dentro do modo de produção capitalista. Antes de chegar a essa conclusão, é preciso entender que, para Marx, o movimento das mercadorias e do dinheiro não ocorre de forma aleatória: ele segue determinadas formas lógicas de circulação que expressam o funcionamento real da economia. É por isso que Marx inicia sua explicação comparando dois tipos fundamentais de circulação. Na circulação simples $M - D - M$, o dinheiro apenas media trocas de valores equivalentes; na forma $D - M - D$, o resultado final continua sendo dinheiro, mas sem qualquer acréscimo de valor.

Para que o dinheiro retorne aumentado, como em $D - M - D'$, é necessário identificar de onde provém esse excedente (ΔD). Marx demonstra que tal acréscimo não pode surgir nem da compra de mercadorias — pois o capitalista paga exatamente o valor delas — nem da venda — já que vender acima do valor apenas deslocaria riqueza entre capitalistas, sem criar valor novo.

Assim, o excedente deve necessariamente surgir no interior do processo de produção, quando os meios de produção (MP) entram em contato com a força de trabalho (FT):

Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem abrir mão do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho,

pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. (MARX, 2013, p. 347)

A força de trabalho, diferentemente dos meios de produção, é a única mercadoria capaz de criar valor novo. Seu valor corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua própria reprodução, isto é, ao salário. Entretanto, quando é consumida no processo produtivo, ela produz mais valor do que o valor que custa ao capitalista. No exemplo formulado por Marx, o capitalista paga 3 xelins pela força de trabalho, equivalente a 6 horas de trabalho necessário.

Contudo, o trabalhador permanece produzindo durante 12 horas, de modo que nas primeiras 6 horas repõe integralmente o valor de seu salário, enquanto nas 6 horas seguintes cria valor adicional que não retorna a ele, mas sim ao capitalista. Esse tempo excedente, não pago, é o que Marx denomina mais-trabalho, cujo produto é a mais-valia.

A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor. (MARX, 2013, p. 348)

Desse modo, a conversão de $D - M - D$ em $D - M - D'$ ocorre porque o trabalho vivo adiciona ao produto final um valor maior do que aquele que custa ao capitalista. No exemplo dado, ao adiantar 15 xelins, o capitalista obtém um produto cujo valor total é de 18 xelins, resultando em um excedente de 3 xelins de mais-valia. Esse processo revela que a valorização do capital não se realiza na troca, mas na produção, por meio da apropriação do trabalho excedente produzido pelo trabalhador.

Segundo Antunes (2005, p. 207) “Essa diferença entre o valor que custa uma força de trabalho e a capacidade que esta força possui para produzir valor, para trabalhar além do tempo que ela mesma custa, está na base da formação da mais-valia”, no processo de formação do valor não tem determinação qualitativa do trabalho, se um fiandeiro tem a habilidade de dar a qualidade ao fio que se produz isso é totalmente ignorado, pois o foco é a quantidade de fios que produz a mais em tempo de trabalho, assim explorando a totalidade do tempo vital do trabalhador igualando-o a qualquer outro serviço concreto e menos nobre de qualquer época.

Assim, a jornada de trabalho necessária cede lugar à jornada excedente, que é justamente a parte do trabalho responsável pela valorização do valor, ou seja, pela criação da mais-valia.

Com isso, encontra-se a contradição na finalidade do processo de valorização em palavras de Antunes (2005, p. 210) “[...] a contradição que permite que aquele que enriquece não seja o mesmo que cria a riqueza.”, enquanto o trabalhador sacrifica seu tempo de vida, perdendo momentos preciosos com a família, os amigos e consigo mesmo, recebendo em troca um salário que não reflete o valor real de sua produção, o capitalista, movido pela busca incessante do mais-valor, apropria-se desse tempo vital vendido.

Dessa forma, transforma o esforço e a existência do trabalhador em instrumento de sua própria satisfação e enriquecimento, utilizando o tempo alheio de maneira egoísta para sustentar seus privilégios e ampliar sua acumulação.

Efetivamente, Rosdolsky (2001), analisa que, no intercâmbio entre a força de trabalho e o capital, o trabalhador vive no meio da circulação do mercantil simples:

Observando o ciclo M-D-M, vimos que o dinheiro pode ser retirado da circulação e entesourado. Ora, teoricamente, também o trabalhador estaria em condições de economizar uma parte do dinheiro que ganha, para conservá-lo como forma universal de riqueza e então “enriquecer”. Mas isso só é possível “se ele sacrifica a satisfação substancial de suas necessidades à *forma* da riqueza; se, mediante a abstinência, apertando o cinto, aceita retirar da circulação, para seu consumo, menos bens do que entrega a ela”. Ou então, “se abre mão, ainda mais, do tempo de descanso [e] renova com maior rapidez o ato de intercâmbio” de sua força de trabalho, “ou o torna mais estafante mediante maior presteza”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 176).

A análise de Rosdolsky elucida a contradição central que marca a posição do trabalhador no capitalismo. Mesmo embora inserido na circulação simples, haja aparentemente uma possível igualdade entre compradores e vendedores, o trabalhador não possui condições reais de acumular riqueza, pois sua sobrevivência depende da venda constante de sua força de trabalho.

O que para o capitalista representa a possibilidade de entesouramento e valorização do dinheiro, para o trabalhador significa apenas a reprodução de sua existência material, limitada pelo salário que recebe. Assim, o ato de trabalhar fica longe da possibilidade de enriquecimento, tornando-se um mecanismo que perpetua sua dependência em relação ao capital.

Portanto, no capítulo V, Marx demonstra que como essa relação de troca pode transformar-se em processo de produção e processo de valorização. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador ingressa na esfera da produção, onde o capital se apropria de sua capacidade vital e a converte em mais-valor, assim o trabalhador não recebe riqueza mas sim “[...] é claro, de que esse novo valor não faz mais do que repor o dinheiro desembolsado pelo capitalista na compra de força de trabalho e gasto pelo trabalhador em meios de subsistência.” (MARX, 2013, p. 364).

Essa passagem evidencia que o trabalho, em si, é uma atividade criadora e vital; entretanto, sob o domínio do capital, ele é subordinado à lógica da valorização.

Para Rosdolsky (2001), Marx, ao analisar o interior do capital, identifica uma inversão de papéis no âmbito do intercâmbio simples. Enquanto para o trabalhador essa relação representa uma troca direta — a venda de sua força de trabalho em troca de um salário —, para o capitalista ela não pode permanecer nesse mesmo nível, pois seu objetivo é obter um valor superior ao que adiantou inicialmente. Como afirma o autor, “[...] não é o intercâmbio que converte o capitalista em capitalista, mas sim um processo no qual, sem intercâmbio, ele recebe tempo de trabalho objetivado, isto é, valor” (ROSDOLSKY, 2001, p. 184).

Com isso, torna-se claro que a lógica capitalista transforma a troca aparentemente justa e equivalente em um processo de valorização unilateral, no qual o capitalista se apropria de uma parte do trabalho não pago. O trabalhador, embora pareça participar de uma relação de igualdade formal, entrega mais valor do que recebe, uma vez que o tempo de trabalho excedente é incorporado ao capital sob a forma de mais-valia. Essa assimetria constitui o núcleo da exploração capitalista e demonstra que, sob a aparência de um simples intercâmbio de mercadorias, opera-se uma relação de dominação econômica e social.

Trata-se, portanto, do núcleo da crítica marxiana: a exploração não se encontra em um contrato injusto, mas na própria lógica interna do processo de produção capitalista, na qual o trabalhador cria mais valor do que recebe sob a forma de salário. Nesse sentido, para além das fórmulas matemáticas que Marx utiliza para demonstrar a origem da mais-valia, torna-se essencial compreender a essência desse excedente de tempo de trabalho.

Tal dinâmica não se limita ao plano econômico: ela atravessa a vida concreta dos trabalhadores, que frequentemente dedicam mais horas à empresa do que ao convívio familiar. Assim, o prolongamento do tempo de trabalho, necessário à produção de mais-valia, repercute diretamente na qualidade de vida, restringindo o tempo disponível para descanso, cuidado e desenvolvimento pessoal.

A permanência dessa lógica torna-se ainda mais evidente no mundo do trabalho contemporâneo. Embora novas formas de contratação, como trabalho por aplicativos, regimes híbridos, terceirizações sucessivas e contratos temporários, sejam frequentemente apresentadas como expressões de autonomia e flexibilidade, elas mantêm – e por vezes aprofundam – o núcleo da relação analisada por Marx: a extração sistemática do trabalho não pago.

Nas plataformas digitais, por exemplo, o trabalhador não apenas vende sua força de trabalho, mas também arca com custos de manutenção, equipamentos e tempo improdutivo, ampliando a parcela de valor apropriada pelo capital. Ao mesmo tempo, a gestão algorítmica

intensifica o controle e a exploração, ocultando-as sob a retórica de “parcerias” ou “empreendedorismo individual”.

A aparência de igualdade contratual e liberdade de escolha esconde relações profundamente assimétricas, nas quais o capital se apropria de parcelas cada vez maiores do tempo excedente, agora fragmentado e disperso, mas ainda fundamental para a reprodução do sistema. Assim, a crítica marxiana continua atual ao revelar que, mesmo em condições tecnológicas avançadas, a relação entre capital e trabalho permanece estruturada pela dominação econômica e pela apropriação unilateral da mais-valia.

Considerações finais

Neste trabalho foi desenvolvida uma análise que permite evidenciar que o capítulo V de *O Capital*, especialmente na edição da editora Boitempo (2013), constitui um dos pilares teóricos da crítica marxiana da economia política. Karl Marx, ao distinguir o processo de trabalho e o processo de valorização, demonstra que a produção capitalista não se limita à produção de valores de uso, mas integra essencialmente um mecanismo de geração de valor excedente – a mais-valia – fundamento real da acumulação capitalista.

Como exposto no Capítulo 1, o processo de trabalho constitui a base material da produção, enquanto o Capítulo 2 esclarece como esse processo se articula ao processo de valorização. Isso ocorre porque o mais-valor se encontra no interior do próprio processo produtivo, e não fora dele. Assim, a análise desenvolvida neste trabalho demonstra a correlação estrutural entre ambos os capítulos: o processo de trabalho fornece a substância material necessária, e o processo de valorização transforma essa atividade humana em fonte de expansão do valor.

Dessa forma, torna-se possível compreender o problema crítico central destacado por Marx: a valorização do valor não é um resultado secundário ou externo, mas a finalidade intrínseca do capital. O excedente produzido pelo trabalhador, o tempo de trabalho não pago é o elemento que, ao mesmo tempo, sustenta a acumulação e revela a lógica exploratória que organiza o processo de trabalho sob o capitalismo.

Ao comparar as contribuições de Antunes (2005), Rosdolsky (2001) e Iber (2013), observam-se importantes convergências e distinções no tratamento das categorias marxianas. Os três autores compartilham a compreensão de que a exploração não se reduz à esfera da circulação, mas se funda no próprio processo de produção, no qual a dualidade do trabalho, o concreto e o abstrato, desempenha papel central na valorização do capital. Entretanto, cada um enfatiza dimensões específicas dessa dinâmica. Antunes (2005) destaca a distinção entre processo de trabalho e processo de valorização, explicitando o caráter social do trabalho abstrato e sua mediação no metabolismo entre ser humano e natureza.

Rosdolsky (2001), por sua vez, aprofunda a relação entre trabalho vivo e trabalho morto, mostrando como a atividade do trabalhador põe em movimento os meios de produção e, ao mesmo tempo, reproduz o próprio capital, revelando a dualidade interna do processo produtivo. Já Iber (2013) concentra-se na determinação jurídica e social da força de trabalho como mercadoria, enfatizando a ambígua liberdade do trabalhador assalariado, que, embora formalmente livre, só pode sobreviver alienando sua força de trabalho.

Assim, enquanto convergem na crítica à exploração inerente ao capitalismo, diferenciam-se pelos enfoques teórico-conceitual (Antunes), estrutural-produtivo (Rosdolsky) e jurídico-social (Iber), compondo um quadro analítico que enriquece a leitura do capítulo V de Marx.

Compreendeu-se que, o Capítulo V de *O Capital* oferece uma análise profunda das contradições fundamentais na forma de valor da mercadoria, destacando o papel central do trabalho na produção de valor e revelando as complexidades do sistema capitalista. Ele estabelece as bases para a crítica de Marx ao sistema capitalista e sua busca por uma compreensão mais profunda das relações econômicas e sociais.

De igual modo, dentre os entendimentos do Capítulo V de *O Capital* ressalta-se as principais descobertas e contribuições alcançadas através da análise do capítulo em questão. Aqui está um exemplo de como essas considerações finais poderiam ser estruturadas: Ao longo deste trabalho, explorou-se detalhadamente o Capítulo V de *O Capital*, obra seminal de Karl Marx, que aborda as complexas relações entre o processo de trabalho e a valorização no contexto do sistema capitalista.

Esta análise permitiu alcançar diversas conclusões importantes sobre a teoria marxista e sua relevância para compreender as dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas.

Vale salientar que a obra de Marx oferece uma profunda compreensão das contradições fundamentais presentes na produção capitalista. O Capítulo V revela a tensão intrínseca entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias, destacando como o trabalho é a fonte essencial de valor na economia capitalista. Isso leva a refletir sobre como o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que busca maximizar a produção de valor, muitas vezes sacrifica as necessidades humanas reais em prol da acumulação de capital.

Além disso, a análise do capítulo permitiu examinar criticamente a lógica subjacente ao funcionamento do sistema capitalista. A forma como o valor é expresso e realizado no mercado, especialmente através do dinheiro, revela as profundas contradições e injustiças inerentes ao sistema econômico dominante. Isso leva a questionar as estruturas de poder e dominação presentes na sociedade capitalista, bem como a explorar alternativas e possibilidades de transformação social.

Por fim, o Capítulo V de *O Capital* ofereceu pensamentos valiosos para compreender não apenas o funcionamento do sistema capitalista, mas também para pensar em estratégia de ações para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao refletirmos sobre as ideias de Marx, somos desafiados a questionar as bases do sistema econômico vigente e a buscar novos caminhos para a organização social e econômica.

Portanto, este estudo reforça a importância contínua da teoria marxista para a compreensão crítica do sistema capitalista e para a busca de alternativas viáveis e emancipatórias. Ao analisarmos o Capítulo V de *O Capital*, somos confrontados com as contradições e injustiças do sistema econômico atual, mas também somos inspirados a imaginar e lutar por um futuro mais justo e igualitário para todos.

Referências bibliográficas

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade a realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O Capital de Karl Marx**. Orientador: Alcides Hector Rodriguez Benoit. 2005. 779 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1600925>>. Acesso em: 31, agosto, 2025.

IBER, Christian. **Elementos da Teoria Marxiana do Capitalismo: um comentário sobre o livro I de O Capital de Karl Marx**. Porto Alegre: Editora Fi; EdUPUCRS, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.